



AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO

LICENÇA DE OPERAÇÃO – L.O. Nº 486/06-08

O INSTITUTO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO AMAZONAS – IPAAM, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 3.785 de 24 de Julho de 2012, expede a presente Licença que autoriza a:

INTERESSADO: ARAM - Associação dos Revendedores de Agrotóxicos do Amazonas.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA: Av. Flamboyant, nº 585, Lote 15 B9, Distrito Industrial II, Manaus-AM

CNPJ/CPF: 06.144.569/0001-07

INSCRIÇÃO ESTADUAL:

FONE: (92) 99152-3735

FAX: (92) 2127-1700/8159

REGISTRO NO IPAAM: 1012.3211

PROCESSO Nº: 1557/04-V2

ATIVIDADE: Armazenagem de resíduos sólidos Classe I – Central de Recolhimento e Armazenagem.

LOCALIZAÇÃO DA ATIVIDADE: Av. Flamboyant, nº 585, Lote 15 B9, Distrito Industrial II, Manaus-AM.

Coordenadas Geográficas do Imóvel/Terreno:

Ponto	Latitude (S)	Longitude (W)	Ponto	Latitude (S)	Longitude (W)
AUA-01	03°03'03,11487"	59°54'46,69284"	AUA-03	03°02'58,99485"	59°54'41,69281"
AUA-02	03°03'03,84487"	59°54'46,06283"	AUA-04	03°02'59,72485"	59°54'41,05280"

FINALIDADE: Autorizar o recebimento, prensagem e armazenamento de embalagens vazias ou contendo resíduos de agrotóxicos, em uma área de 3.000 m².

DADOS DO IMÓVEL/TERRENO:

MÓDULO(S) FISCAL (IS) DO IMÓVEL (MF) --	ÁREA DE USO (HA) --
ÁREA TOTAL DA PROPRIEDADE (HA) 0,300	ÁREA DE USO MÚLTIPLO (HA) --
ÁREA LÍQUIDA DO IMÓVEL (HA) ----	ÁREA EM PÓSIO (HA) ----
ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (HA) ----	ÁREA DE USO A DESMATAR (HA) ----
ÁREA DE RESERVA LEGAL (HA) ----	ÁREA REMANESCENTE (HA) ----
PERCENTUAL DE RESERVA LEGAL (HA) ----	

POTENCIAL POLUIDOR/DEGRADADOR: Grande

PORTE: Pequeno

PRAZO DE VALIDADE DESTA LICENÇA: 01 ANO.

Atenção:

- Esta licença é composta de 13 restrições e/ou condições constantes no verso, cujo não cumprimento/atendimento sujeitará a sua invalidação e/ou as penalidades previstas em normas.
- Esta licença não comprova nem substitui o documento de propriedade, de posse ou de domínio do imóvel.
- Esta licença deve permanecer na localização da atividade e exposta de forma visível (frente e verso).

Manaus-AM, 19 de Julho de 2021

Maria do Carmo Neves dos Santos
Diretora Técnica

Juliano Marcos Valente de Souza
Diretor Presidente



RESTRIÇÕES E/OU CONDIÇÕES DE VALIDADE DESTA LICENÇA – LO Nº 486/06-08

1. O pedido de licenciamento e a respectiva concessão da mesma, só terá validade quando publicada Diário Oficial do Estado, periódico regional local ou local de grande circulação, em meio eletrônico de comunicação mantido pelo IPAAM, ou nos murais das Prefeituras e Câmaras Municipais, conforme art.24, da Lei nº.3.785 de 24 de julho de 2012;
2. A solicitação da renovação da Licença Ambiental deverá ser requerida num prazo mínimo de **120 dias**, antes do vencimento, conforme art.23, da Lei nº.3.785 de 24 de julho de 2012;
3. A presente Licença está sendo concedida com base nas informações constantes no **processo nº. 1557/04-V2**.
4. Toda e qualquer modificação introduzida no projeto após a emissão da Licença implicará na sua automática invalidação, devendo ser solicitada nova Licença, com ônus para o interessado.
5. Esta Licença é válida apenas para a localização, atividade e finalidade constante na mesma, devendo o interessado requerer ao IPAAM nova Licença quando houver mudança de qualquer um destes itens.
6. Esta Licença não dispensa e nem substitui nenhum documento exigido pela Legislação Federal, Estadual e Municipal.
7. Manter integral as Áreas de Preservação Permanente – APP, conforme estabelecido no Art. 4º da Lei n.º 12.651/12 (novo código florestal).
8. Proteger o solo e os cursos d'água da contaminação por substâncias tóxicas (combustíveis, óleos, graxas, agrotóxicos, tintas e outros);
9. Proteger a fauna e a flora conforme estabelecido na Lei n.º 5.197/67;
10. Manter integral as Áreas de Preservação Permanentes (nascentes, olhos d'água, cursos d'água, etc), conforme estabelecido no Art. 4º da Lei nº 12.651/12.
11. É expressamente proibida a queima e deposição inadequada de resíduos de qualquer natureza, devendo os mesmos ser acondicionados e direcionados a local adequado.
12. Destinar adequadamente os resíduos sólidos (lixo, inclusive de obras e/ou reforma) gerados no empreendimento.
13. A aplicação, armazenamento, acondicionamento de resíduos, embalagens e transporte de agrotóxicos, devem atender os dispostos da Lei Federal nº nº 7.802/89, regulamentada pelo Decreto Federal nº 4.074/02 e na Lei Estadual nº 3.803/12, regulamentada pelo Decreto nº 36.107/15.